



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 24 DE NOVEMBRO DE 2000

Estimado Senhor Doutor Geraldo Quintão, Ministro de Estado da Defesa; Senhores Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que me dão a honra da companhia; Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Senhores Oficiais-Generais, Senhor Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Rui de Almeida e Silva, diretor da nossa Escola; Senhoras e Senhores que terminam o curso, Senhoras e Senhores,

Já se vai transformando em tradição este nosso encontro. Retorno aqui, pela sexta vez, para termos um contato com aqueles que terminam os Cursos de Altos Estudos Militares. E é uma oportunidade sempre muito bem-vinda para o Presidente da República, para o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e para o antigo professor de Sociologia de refletir um pouco sobre o mundo que nos cerca, sobre a conjuntura brasileira e, mais particularmente, sobre os temas relacionados com a defesa nacional. O Senhor Ministro da Defesa fez uma alusão a alguns deles.

Nós, hoje, estamos aqui, reunidos neste local, essa Ilha de Villegagnon, que serve de estímulo especial para este tipo de reflexão. Sabemos que as pedras de fundação deste edifício foram testemunhas de muitos e muitos eventos. E, aqui, por incontáveis gerações, entre nós, grupos indígenas fizeram da Baía de Guanabara sua morada e, também, vez por outra, seu campo de batalha.

Nos últimos cinco séculos, este local testemunhou o contato, que nem sempre foi amigável, entre culturas diferentes. Em 1555, exatamente neste local onde estamos, foi iniciada a experiência da chamada França Antártica. O Governador-Geral Mem de Sá, que governou o Brasil por quatorze anos – deve ter sido muito criticado por isso – foi responsável pela expulsão dos franceses desta ilha. E ele fez uma menção que é curiosa, sobre as fortificações de Villegagnon. Eu o cito. Ele diz assim:

*Posto que vi muito e li menos, parece-me
a mim que se não viu outra fortaleza tão
forte no mundo*

Quer dizer que o exagero, que dizem que é nosso, é também dos nossos ancestrais. Mas aqui está uma observação do Mem de Sá.

Pois bem, o que será que essas pedras do antigo forte de Coligny nos teriam a dizer, para iluminar a nossa visão do mundo contemporâneo? Antes de mais nada, elas talvez nos digam que há muito tempo testemunharam a História humana. E, para surpresa de quem estudou História nos bancos escolares, como eu, há algum tempo, os arqueólogos descobrem um passado humano cada vez mais antigo, nas terras brasileiras. E o mais importante: estas mesmas pedras, que servem de base a essa fortaleza, quiçá pudessem afirmar que o passado, mesmo quando remoto, vive, de muitos modos, no presente e condiciona o futuro. A idéia não é nova. Há muito tempo já se formulava de outra maneira essa mesma idéia de que, cada vez mais, os mortos governam os vivos.

Não é, portanto, uma simples coincidência que as instituições brasileiras vistas, pela opinião pública, como mais relevantes são exatamente as que conhecem – e até cultuam – o seu passado. A tradição de buscar o passado com os olhos no futuro talvez seja um dos mais significativos serviços que as Forças Armadas brasileiras prestam à Nação.

Tudo isso nos traz à mente uma lição, tantas vezes esquecida mesmo por analistas brasileiros. Não somos mais um “país jovem”, cuja falta de idade é citada, com freqüência, como justificativa implícita de uma situação de menoridade no concerto das Nações. Isso não verdade. Já temos quinhentos anos.

A visão do Brasil no resto do mundo é, em grande parte, forjada, como é natural, pelo modo como nós mesmos nos vemos. Os correspondentes de imprensa estrangeiros não são mentirosos contumazes e, de modo geral, apenas espelham as imagens correntes que temos sobre as nossas realidades e as nossas perspectivas. Até que ponto essas imagens são fruto de uma deformação decorrente da falta de uma maior visão do passado? Em que medida as nossas dificuldades com o futuro não são também fruto daquilo que um intelectual do porte de José Honório Rodrigues definiu como sendo a “baixa consciência histórica” do País?

O nosso passado, como de todas as outras Nações, nem sempre é inspirador. Contudo, porque olhar para os feitos dos nossos antepassados para apenas colher razões de pequenez ou injustiça?

Há algumas semanas, por ocasião do lançamento em Angra dos Reis do Plano de Reativação da Indústria Naval, usei a expressão “mentalidade colonial” como a origem do sentimento de inferioridade do Brasil. Este sentimento é um dos principais freios para a transformação do País e para os que desejam congelar o presente quadro mundial de poder. Não interessa que tenhamos viva na memória a inspiração do passado e, portanto, sejamos condenados a um eterno destino de “alma pequena”.

Um outro aspecto que nos traz à mente a Ilha de Villegagnon é o fato de que a globalização não é uma invenção das manchetes dos jornais de ontem. Ela foi iniciada com as navegações portuguesas em

busca do Oriente, que também resultaram na chegada dos europeus ao Brasil. Trata-se, portanto, de um fenômeno com o qual o Brasil convive há cinco séculos. Intelectuais, como Alain Touraine, destacam a existência de reações localizadas contra a globalização com base em fatores culturais ou religiosos. Mas, em última análise, todos aceitam que se trata de um fenômeno econômico irreversível. Com freqüência, é arguido que, nas últimas décadas, graças às novas tecnologias de transporte e comunicação, aumentou, de forma exponencial, a velocidade da globalização. Somente o futuro confirmará ou não essa avaliação. Resta-nos apenas recordar que as gerações passadas de brasileiros, pelo menos desde a abertura dos portos em 1808, sempre consideraram que o mundo estava se tornando menor e a uma velocidade sem precedentes. Basta ler um pouco a História. Basta ler um pouco os cronistas. Basta ler as memórias que existem e ver que essa sensação de que tudo está mudando muito depressa, de que nós estamos, cada vez mais, sendo comandados por fenômenos que decorrem de países além das nossas fronteiras, não é novidade.

Em suma, nascemos e fomos forjados como um país pela própria globalização. Na verdade, o Brasil é consequência do movimento de expansão do capitalismo comercial. O Brasil e todos os demais países da descoberta do Novo Mundo são consequência da expansão do capitalismo comercial europeu. E o próprio contato entre a Europa e a Ásia, a “descoberta” da China pelos europeus, não é outra coisa senão um processo de expansão e de formação de um mercado único, internacional.

Diante desses quinhentos anos de conhecimento do fenômeno, qual é a razão, portanto, de nós termos tantos temores expressos, com tanta insistência, pela nossa intelectualidade, e essa espécie de sensação de que somos incapazes de conviver com esses fenômenos mais globais? Para os que aqui estão reunidos, não creio que seja necessário pormenorizar a relevância dos “fatos mentais” na questão de defesa nacional. Existe, portanto – e nisso estou insistindo – a idéia de que, como não temos, freqüentemente, a noção da evolução do processo histórico, como existe pouca apreciação, em geral, sobre

o que aconteceu no passado e como se percebe, muito freqüentemente, fragmentariamente, o que acontece aqui e ali, é difícil dar-se conta do processo evolutivo e é difícil dar-se conta de que este país tem uma longa experiência de conviver com processos que são mais amplos do que o próprio fato local, e tem sido capaz de superar as imensas dificuldades com as quais nós nos defrontamos, no decorrer da nossa História. Temos sido capazes, com êxito, de ultrapassar essas dificuldades.

Entretanto, por essa espécie de viseira que torna difícil perceber esses fenômenos, existe, entre muitos, a sensação de que o Brasil, como um país ainda na menoridade, ainda incapaz, ainda não-sei-o quê, não conseguirá enfrentar os desafios do presente.

Ora, as sucessivas instalações militares desta ilha desde 1555 – francesas, portuguesas e brasileiras – nos mostram claramente que a defesa nacional não é um problema local. Não era um “problema local” no século XVI – quando a ameaça vinha do outro lado do Atlântico – e muito menos o é hoje. As velhas visões de círculos concêntricos de interesses decrescentes na medida em que se afastam do Brasil a cada dia perdem mais validade. Na verdade, faz-se necessário buscar ver o mundo como um cenário único de onde podem surgir os mais diversos desafios, ameaças e, sobretudo, oportunidades. Repito o termo “oportunidades” porque devemos resistir às visões de certos setores que continuam insistindo na idéia de que o restante do mundo é apenas um perigo para o Brasil.

Possivelmente, o primeiro passo neste objetivo de atualizar as visões brasileiras do mundo seria começar a pensar não apenas em escala nacional, mas também, pelo menos, com a dimensão sul-americana.

E essa recomendação de pensar em escala, pelo menos, continental não é tão simples quanto possa parecer. Há duas ou três gerações convivemos com a idéia de que deveríamos ser autárquicos. A chamada “substituição de importações” na economia foi vista, durante décadas, como sinônimo de desenvolvimento. E nesta busca de auto-suficiência, até mesmo os nossos mapas escolares ignoravam os países vizinhos. O território brasileiro, como apresentado

aos nossos estudantes, ainda é cercado de uma área cinza ou amarela de onde emergem misteriosamente apenas os traçados de rios.

Na América Latina, pelo menos desde o Congresso Anfictiônico do Panamá, de 1826 – aprendi isso recentemente, porque estive lá, entregando as Atas do Congresso do Panamá, que estavam depositadas no Brasil; e, agora, quando tivemos o encontro dos líderes ibero-americanos, o Brasil entregou ao Panamá essas atas do Congresso Anfictiônico – já se registra um impulso de integração. Até há poucos anos, esse impulso era visto como romântico, como no caso dessas Atas, inspiradas por Bolívar.

No ideário brasileiro de uma geração atrás, estávamos fadados a ser uma grande potência independentemente da situação dos países vizinhos. No entanto, no mundo globalizado, a escala do mercado passou a ser a variável estratégica para garantir um desenvolvimento auto-sustentável. Na América do Sul, ou unimos nossas economias para alcançar uma escala adequada de mercado ou estaremos condenados ao subdesenvolvimento. A recente reunião dos Presidentes sul-americanos, em Brasília, mostrou que essa visão não é apenas brasileira. Ela é compartilhada por todos os países da região. E, curiosamente, foi este ano que houve um encontro de todos os Presidentes da América do Sul. Nunca os Presidentes da América do Sul se haviam encontrado formalmente, tal era o isolamento, até mesmo mental, de todos nós, que não percebíamos a importância dessa integração espacial, dessa integração geográfica.

Essa realidade de uma integração imperiosa afeta as nossas percepções de defesa nacional. O caminho da união continental estará enfrentando enormes obstáculos, cuja superação exigirá uma básica pré-condição: de que haja um ambiente de paz na América do Sul. Em outros termos, qualquer conflito fronteiriço, qualquer ameaça à democracia, qualquer turbulência econômica ou social de maior envergadura ou qualquer situação de desrespeito ao princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outros países não é apenas problema para um ou dois países da região. Quaisquer desses fenômenos representam também quebra da paz e, por-

tanto, seria ameaça à consecução do objetivo comum que todos almejamos para a América do Sul.

As Forças Armadas brasileiras têm um papel essencial no esforço de preservar a paz no Continente. Como exemplo, caberia citar aqui a Missão realizada pela Momep – Missão de Observadores Militares no Equador-Peru – que representou uma contribuição valiosa do Brasil para a resolução de um dos mais complexos litígios fronteiriços da América do Sul. No dia-a-dia, o contato dos militares brasileiros com seus colegas sul-americanos vai consolidando uma situação de confiança mútua e, quiçá, o mais sólido pilar de um ambiente de paz a que me referi. E, desses contatos, algumas imagens podem ser entendidas até como emblemáticas dos novos tempos como, por exemplo, os aviadores argentinos adestrando-se no navio-aeródromo Minas Gerais. Em outras palavras, diante de um destino comum sul-americano, não mais existem limites para a cooperação entre as Forças Armadas na defesa da região.

Cabe observar que o ambiente de paz sul-americano não é a situação do mundo como um todo. Segundo o Instituto Internacional para Estudos Estratégicos de Londres, no ano passado, ocorreram, pelo menos, 100 mil mortes em decorrência de conflitos armados. Retorno, pois, à idéia de que a defesa não é apenas um problema local ou, melhor dito, uma questão apenas regional. Em qualquer parte do mundo, uma quebra da paz é também potencialmente uma ameaça para a região.

Assim, desde os tempos em que os franceses tentaram fazer a França Antártica aqui, nesse local, como ameaça, portanto, aos portugueses e aos brasileiros, o conflito já não era local, como hoje, com muito mais força se vê. Qualquer uma dessas variáveis afeta a segurança nacional.

Por conseguinte, além de buscarmos pensar em escala sul-americana, o segundo passo para atualizar a visão brasileira da defesa nacional é reconhecer que, no futuro, as ameaças ou oportunidades poderão surgir em qualquer quadrante do Mundo. Quem é que pode nos garantir, aqui mesmo, entre nós, que, dentro de poucos anos, não vá

ocorrer uma crise que demande a presença, por exemplo, da nossa Armada, seja lá no Caribe, seja na região do Atlântico Sul, seja, quem sabe, eventualmente, até no Pacífico? Será que é impensável a possibilidade, por exemplo, de sermos levados a uma ação mais consistente, de apoio humanitário, por exemplo, à África? Eu, recentemente, numa reunião em que estava, em Berlim, com alguns chefes de Estado – estava presente o Presidente Clinton – e ele insistiu muito, diante de todos nós, que a questão central para a segurança americana era o combate ao que ele chama de Sida-Aids, colocado como de uma perspectiva de defesa nacional.

Qualquer pessoa que conheça a realidade européia e veja a prosperidade européia e a pobreza africana, e o fato de que a África, hoje, em várias partes, é um Continente ameaçado internamente, pela doença, sabe que ela é transmissível, sabe que hoje os africanos buscam a prosperidade européia e se preocupa com a África, construtivamente. Ou, então, afetará, no futuro, a sua própria segurança. Há países, na África, onde 30, 40% da população já são portadores de HIV. Já vi estimativas de que metade da força de trabalho da África do Sul, nos próximos dez anos, pode morrer, como consequência da Aids. Ou seja, um fenômeno dessa natureza pode afetar não apenas os países africanos, mas pode afetar os países europeus e – por que não dizer? – mais adiante, os nossos próprios países.

Portanto, é difícil imaginar que devamos estar olhando a segurança nacional apenas da nossa perspectiva local. Evidentemente, no mundo que herdamos, de tanta turbulência, da guerra fria, as Forças Armadas brasileiras, em termos de operação de paz, podem estar atuando – como estão – nos mais diversos pontos do planeta. Então, como disse anteriormente, a defesa nacional não era um problema local. Nem o foi no século de Mem de Sá. Nem é hoje e será muito menos amanhã.

O leque de possibilidades de emprego futuro das Forças Armadas, no território brasileiro e no exterior, é uma incógnita. Então, qual será o ponto de equilíbrio, no caso brasileiro, entre as necessidades e as possibilidades?

Como todos sabemos, não existe uma resposta técnica para esta indagação. Para complicar o cálculo, existe uma defasagem de tempo entre imaginar uma necessidade e poder atendê-la. Entre desenhar um navio de guerra e tê-lo operacional. Pode haver uma brecha de tempo de até, sei lá, cinco anos, senão que mais tempo. Em contrapartida, as necessidades decorrentes de uma crise ou de uma oportunidade podem se apresentar em questão de dias ou de semanas, uma coisa muito imediata. E, por ironia, com a crescente complexidade tecnológica, torna-se, entretanto, cada vez mais difícil adquirir os meios necessários, no tempo necessário, para que se faça, realmente, frente a alguma ameaça.

A resposta para essas questões – qual é o ponto de equilíbrio, até quando vamos poder desenvolver, tecnologicamente, meios de defesa – não é uma questão que possa ser resolvida por uma decisão minha, como Comandante Supremo, nem dos comandantes militares. É uma questão da sociedade brasileira como um todo, olhando a evolução política no mundo. Ou seja, as nossas Forças Armadas, de qualquer maneira, devem estar preparadas, prioritariamente, para operar em uma base territorial, em escala continental e, como tenho apontado, têm que levar também em consideração a possibilidade de um palco mundial para onde podem vir a ser chamadas.

Cumpre recordar o fato de que as Forças Armadas já se estão preparando, há anos, para este palco mundial. Por exemplo, nas operações de paz, desde os anos 50. Creio que já participaram, do Brasil, cerca de 12 mil brasileiros, nas operações de paz, o que corresponde, mais ou menos, à metade do que nós mandamos na Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial. As nossas Forças Armadas têm atuado em operações de paz em vários pontos do planeta. Portanto, o nosso eixo fundamental, do Oiapoque ao Chuí, que é o eixo da nossa soberania, não é o horizonte espacial onde poderemos ter que atuar em virtude de desafios, ameaças ou oportunidades relacionados com o interesse nacional.

Neste momento, estão em curso quinze missões de paz, nas diversas partes do mundo. Estamos participando, com policiais brasilei-

ros, com militares brasileiros. Eu mesmo vi, na Angola, cerca de mil brasileiros que estavam lá presentes. Temos, nesse momento, no Timor Leste, um contingente, e sempre nos demandam mais. A nossa limitação tem sido muito mais de orçamento do que, propriamente, de disponibilidade de gente e de tecnologia e de vontade. Mas imagino que haverá momentos em que tenhamos melhores condições de uma participação mais ativa. Não se imagine que as operações de paz, pelo nome de paz, não sejam operações de conflito e que não causem mortes. Cerca de mil seiscentas e poucas pessoas morreram, nos conflitos, nas 54 últimas operações chamadas de paz. Naturalmente, o registro da ação das Forças Armadas nessas operações, pela mídia, é muito limitado. A não ser no caso do Timor Leste, onde houve um pouco mais de atenção, por uma questão política, em geral não se dá o relevo ao que se está fazendo, aos desafios que estamos enfrentando. Mas tenho certeza de que os Senhores e as Senhoras estão informados disso. E, quanto a nós, que somos responsáveis pela direção do Brasil, sabemos dessa ação das Forças Armadas e olhamos com gratidão o esforço imenso e a competência técnica das nossas Forças Armadas, nesse tipo de operação.

Essa preparação das Forças Armadas brasileiras para o que definimos como “palco mundial” também é realizada através da chamada “atualização tecnológica”. Uma futura ameaça ou desafio não apenas ocorrerá em qualquer canto do mundo, mas também envolverá todos os quadrantes do conhecimento científico e tecnológico. Se eu tivesse que recomendar uma tarefa prioritária neste país, para o campo da defesa, diria que seria um esforço adicional para romper as barreiras entre os estamentos militares e universitários. Nós ainda vivemos aspectos que parecem dificultar o trânsito de idéias e projetos entre o mundo acadêmico e o da defesa mas, crescentemente, estamos trabalhando para que isso não seja assim, para que haja uma integração crescente entre esses dois mundos.

Já mencionei que a tecnologia é fundamental, e é interessante notar os extremos exigidos para a preparação para a defesa nacional. Ainda agora, no mês passado, tive a oportunidade de estar no Cen-

tro de Instrução de Guerra na Selva, perto de Manaus, onde os soldados são preparados para a luta, em condições que, certamente, seriam familiares a Antônio Raposo Tavares ou Fernão Dias Paes ou a qualquer outro bandeirante, mas que, certamente, não tem nada a ver com a imaginação contemporânea sobre o que seja um teatro de guerra. Mas é preciso ver que o esforço que está sendo feito na região amazônica é extraordinário, e a nossa competência tecnológica, de adaptação às condições locais é, realmente, alguma coisa que nos dá orgulho ver de que maneira fomos capazes de adaptar. Até mesmo o meu Chefe de Cerimonial, Embaixador Frederico Araújo, que me acompanhou, comeu uma daquelas lesminhas, que alguns acham muito apetitosas. Isso serviu para mostrar como estamos sendo treinados para, efetivamente, nos adaptarmos às condições que não são apenas uma questão abstrata, tecnológica, mas é de convivência com o meio ambiente e capacidade de adaptação para a guerra na selva.

A experiência pela qual pude passar, lá, durante a noite, no meio da selva, é extraordinária, porque se vê que, efetivamente, deslocamento de tropa à noite, na selva, é altamente desaconselhável, porque não se enxerga nada. Ao mesmo tempo, se verifica, com o desenvolvimento tecnológico, que basta pôr uns óculos especiais, com um raio qualquer, gama – não sei que nome tem – e dar um fuzil que também tenha um raio *laser* – e até o Presidente da República ficou feliz de ser Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, porque acertou o alvo, o que não é tão difícil assim. Mas, tirando os óculos, não se vê nada. Eu vejo essa, digamos, discrepância ou contradição, quase, entre a necessidade de se adaptar a condições locais de vida e, por outro lado, o uso da alta tecnologia, é essencial, para que se possa fazer frente a esse tipo de desafio.

Da mesma maneira, como basta olhar o que está sendo feito na questão do Sivam-Sipam. Tive a oportunidade, também, de visitar, em Manaus, o centro principal do Sivam, para verificar o desenvolvimento tecnológico imenso que está sendo feito, no caso, pela Aeronáutica, para que possamos ver que existe um esforço, realmente, em marcha, grande, para o controle do espaço aéreo nacional.

E, mais do que o espaço aéreo, também para as questões de utilização da região amazônica, em termos de clima, em termos, também, de recursos, em termos de controle de contrabando, controle do narcotráfico, etc. Enfim, estamos, efetivamente, tratando de aumentar muito a nossa capacitação tecnológica nessa área. E, também, pode passar desapercebido a muitos, mas nós estamos, lá, com o Major Marcos César Pontes, sendo treinados para ser um integrante da tripulação da Estação Espacial Internacional, que é algo também significativo e importante, para mostrar que nós estamos desenvolvendo aqui, a partir dessa concepção de defesa, defesa territorial, local, soberania do Oiapoque ao Chuí, como disse, a visão de um palco mundial e responsabilidade sul-americana. Nós, dentro das nossas modestas condições materiais, estamos tratando de fazer o que é possível, para que tenhamos condições de manter ativas o desenvolvimento tecnológico e a nossa visão do mundo, e uma capacidade operacional, para que tenhamos, realmente, a necessária capacidade de ação.

Na verdade, temos que ver que se é verdade que a defesa não é um problema local, ela também não é uma questão apenas de interesse dos militares ou para os diplomatas. A diversidade de profissões representadas aqui – basta olhá-los, entre os que estão concluindo esse curso – é uma prova disso. As ameaças e oportunidades com que nos defrontamos exigem a participação de todos os setores da sociedade.

A título ilustrativo, cabe mencionar que o documento chamado “Política de Defesa Nacional” já reflete esta visão mais ampla e foi redigido com a participação de setores civis. E o mesmo documento abarca temas que seriam insólitos em um documento deste tipo se ele fosse redigido uma geração atrás. Na introdução do documento, por exemplo, está mencionado que a implementação de uma política de defesa sustentável depende, entre outros fatores, do fortalecimento da democracia, da redução das desigualdades sociais e da diminuição dos desequilíbrios regionais. Observe-se, além disso, que algumas das ameaças, no que concerne à defesa, como, por exemplo, o terrorismo cibernético,

co, seriam produtos de ficção científica há muito pouco tempo. Não obstante, hoje, o terrorismo cibernetico é algo fundamental para aquele que se preocupa com a questão de defesa nacional.

Antes de eu mencionar alguns temas sobre a questão local, gostaria de sair um pouco, até mesmo do texto, e lhes dizer o seguinte: quando se fala que temos que nos preocupar com o palco mundial, não é força de expressão, não é uma palavra vã, não é um motivo, apenas, de alento àqueles que se preocupam com o tema da defesa nacional. É uma realidade.

Tive a oportunidade de dizer aos alunos da Escola Superior de Guerra que me foram ver em Brasília, há pouco tempo, que o mundo posterior à Guerra Fria, que imaginávamos que pudesse ser um mundo multipolar, está se mostrando um mundo muito mais concentrado numa potência hegemônica, predominante, pelo menos, fortemente predominante. Sua hegemonia não está baseada apenas no seu poderio militar, que é imenso, mas na sua economia, na sua capacidade de desenvolvimento tecnológico, na sua capacidade de difusão de valores, na sua capacidade de ter uma indústria cultural extraordinária – são os Estados Unidos. Essa é a verdade. Passamos de um mundo bipolar, que era o bloco soviético e o bloco liderado pelos Estados Unidos, para uma situação na qual a presença americana se fez muito forte.

Mas não é de imaginar que nesse prazo de cinqüenta anos as coisas continuem assim. Não é de imaginar. Basta olhar o que acontece na China de hoje, a própria Índia de hoje. A Índia, hoje, exporta 6 bilhões de dólares em *software* – 6 bilhões de dólares.

Não tenho ido, recentemente, a uma região na qual trabalhei – trabalhei em Stanford e trabalhei em Berkeley – mas a minha mulher, a Ruth, que foi dar aula o ano passado, em Berkeley, passou um mês dando aulas lá, visitou algumas regiões ali e ficou surpresa com a mudança do tempo em que nós lá vivíamos, que foram os anos 70 e também 80; outra vez, é o mundo atual.

A quantidade de gente que vem da Índia é imensa, porque são bons matemáticos. Então, o Silicon Valley está povoado por gente que